

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



RIO SÃO FRANCISCO

Necessidade de levar água ao semi-árido une parlamentares, divididos quanto a projeto

Gabriela Guerreiro e Iolando Lourenço

Brasília - A idéia de desviar parte das águas do rio São Francisco para regularizar o abastecimento de água potável, minimizar os efeitos da seca e favorecer a irrigação no Nordeste setentrional brasileiro está perto de se tornar realidade com o possível início das obras no fim de agosto. O plano é antigo e vem sendo discutido há mais de 15 anos no Congresso Nacional.

Ao longo desse período, os deputados e senadores não conseguiram chegar a um consenso sobre a importância da obra da integração de bacias (antes, chamada "transposição") para a região Nordeste. Nem a própria bancada nordestina na Câmara é unânime na defesa da atual proposta do governo federal - que prevê a transferência de águas do Velho Chico para abastecer pequenos rios e açudes da região Nordeste que possuem déficit hídrico durante o período de estiagem.

Em sua versão mais recente, a chamada transposição do rio São Francisco é uma idéia que começou a ser discutida pelo governo federal em 1985, quando o projeto ainda estava submetido ao extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS). Em 1999, a proposta foi transferida para o Ministério da Integração Nacional - onde permanece até hoje.

Com a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o projeto deixou de ser considerado apenas como a transposição do rio para ser chamado de integração do São Francisco às bacias do Nordeste setentrional. Outra mudança foi a ampliação do

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



número de participantes nas discussões sobre o desvio de curso do rio, como o Ministério do Meio Ambiente, a própria sociedade civil e as três esferas de governo.

O coordenador da bancada do Nordeste na Câmara, deputado Benedito de Carvalho Sá (PSB-PI), o B. de Sá, explica por que os parlamentares nordestinos divergem sobre a necessidade da obra. Segundo o deputado, a maioria da bancada é favorável à integração, com exceção de um grupo de deputados do sul do Nordeste, que teme prejuízos para as economias locais se houver danos às margens do rio. "Eles entendem que essa retirada do rio provocaria mais danos ao rio do que já possui. No entender deles, o rio precisa de revitalização, e nós concordamos inteiramente. E o governo federal está realizando ações práticas para revitalização do rio", ressaltou o deputado.

Para o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), um dos maiores críticos do projeto na Câmara e líder da minoria na Casa Legislativa, o projeto é inviável tanto do ponto de vista da transposição das águas do rio como do impacto ambiental da obra. "É claro que não é viável fazer irrigação com água transposta do rio. Nós temos mais de dois milhões de hectares disponíveis no Vale do São Francisco para irrigar. Como as pessoas vão ter produtos irrigados na transposição para concorrer com aqueles que irrigam na margem do rio? É evidente que esse projeto é inviável", criticou Aleluia.

O deputado pefelista afirmou que, além dos parlamentares da Bahia, os representantes de Pernambuco, Sergipe e Alagoas estão preocupados com a execução da obra - especialmente no que diz respeito à diminuição da água que chega ao Atlântico. Aleluia garantiu que sempre foi um crítico do projeto, mesmo durante o governo Fernando Henrique Cardoso. "O projeto do Fernando Henrique era tão ruim quanto o do Lula. Eu fui contra

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



o do FHC, o do Mário Andreazza (ex-ministro do Interior do governo militar), sou contra qualquer projeto de transposição", disse.

Na opinião de Aleluia, a idéia viável é a construção de uma adutora de 10 m³ por segundo (o plano atual prevê 26m³/s - anteriormente, o projeto previa até 360m³/s) "para levar água para a Paraíba, para as pessoas e os animais beberem, além de alimentar as fábricas - mas nunca para fazer irrigação".

Já o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), ex-governador do Rio Grande do Norte, discorda da opinião do líder da minoria na Câmara e entende que o projeto é a realização de um sonho dos nordestinos. "A retirada de água é mínima, como já foi demonstrado, e vai se constituir justamente nessa garantia que os nordestinos esperam. Trata-se de um projeto que vem sendo estudado tecnicamente há muito tempo, então a sua viabilidade técnica está plenamente assegurada", ressaltou.

O senador disse que os parlamentares baianos precisam compreender que a obra de transposição é essencial para os nordestinos. Na opinião de Garibaldi, a integração do São Francisco vai resolver um dos maiores problemas dos nordestinos: a falta de água. "A água como um bem essencial não pode ser negada, uma vez que ela poderia ser disponibilizada com tão pouca quantidade de retirada do rio São Francisco".

Segundo o deputado B. de Sá, a grande vantagem do projeto do governo federal é levar água aos estados mais carentes do Nordeste - a Paraíba, o Ceará, o Rio Grande do Norte e Pernambuco. "Hoje, a Paraíba tem limitação de água abaixo do recomendado per capita por ano pela Organização Mundial da

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Saúde. A obra vai oferecer água para o consumo humano para milhares de habitantes dessa região", disse. 21/07/2005

Proposta de fundo para revitalização do São Francisco pode ir a votação em agosto

Gabriela Guerreiro e Iolando Lorenço

Brasília - Paralelamente às obras de integração do rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional, o Congresso Nacional discute atualmente alternativas para garantir recursos para a revitalização do rio desde a sua nascente. Enquanto a decisão do governo de levar água para o Nordeste setentrional divide os parlamentares, os deputados e senadores em sua maioria são favoráveis à revitalização do Velho Chico.

Entre as várias matérias que dispõem sobre a preservação do São Francisco, uma proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) caminha para ser aprovada na Câmara dos Deputados. A matéria, já aprovada pelos senadores, estabelece a constituição de um Fundo Constitucional com recursos destinados para a revitalização do São Francisco e seus afluentes pelos próximos 20 anos.

Na Câmara, a PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e tramita na Comissão Especial que analisa a matéria, onde está sendo relatada pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE). Um período de 20 anos para o projeto foi fixado na proposta com base nas obras que têm sido executadas em todo o mundo para a despoluição de rios. Segundo o relator, o prazo é suficiente para finalizar o programa de revitalização, uma vez que matas ciliares são recompostas em sete ou oito anos. "Para recuperar a qualidade da água, os

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



ingleses gastaram 20 anos. Tomamos isso como referência e dados da área ambiental", disse.

A PEC também assegura, segundo Fernando Ferro, que os recursos sejam aplicados não apenas nos canais que vão transportar a água, mas também para ações sociais como a implantação de projetos agropecuários, agricultura familiar e recuperação hidroambiental da bacia. "Queremos atingir todos os afluentes do rio, constituir políticas de saneamento ao longo das cidades ribeirinhas, programas de educação ambiental para os usuários e disciplinamento do uso da água", ressaltou Ferro.

O relator admite que tem sido mais fácil obter o consenso dos congressistas sobre a PEC do que a garantia do repasse dos recursos pela equipe econômica do governo para o fundo. "O problema principal está na falta de diálogo do Ministério da Fazenda com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Integração Nacional. A Fazenda colocou restrições à proposta inicial. Estou aguardando manifestação do governo, uma vez que está havendo omissão sobre a proposta", ressaltou.

O relator disse que, se permanecer o impasse com a equipe econômica, vai diretamente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva discutir a PEC. "Se for o caso, vamos acabar falando com o presidente. Se o Ministério da Fazenda cria impasses, ele vai ter que se defrontar com a Câmara e com o Congresso, que vai aprovar a PEC. A matéria só não foi colocada em votação porque quero dialogar com o ministro da Fazenda. Mas estou no limite. Em agosto, com ou sem acordo, vamos à votação", afirmou.

O deputado B. de Sá (PSB-PI), coordenador da bancada do Nordeste na Câmara, defende a PEC como forma garantir a execução dos projetos de revitalização do rio mesmo diante de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



possíveis mudanças no governo federal. "A PEC tem a grande vantagem de criar condição de garantia. Hoje, há a determinação do presidente Lula de fazer a revitalização. Mas ninguém sabe se amanhã, entrando um novo governo, essa revitalização estará entre as prioridades", afirmou. Na avaliação de B. de Sá, a garantia constitucional do fundo é essencial para impedir que futuros governantes usem os recursos em outras obras.

B. de Sá lembrou que, enquanto as obras de integração da bacia do rio São Francisco deverão ser realizadas no prazo máximo de quatro anos após o início das obras, a revitalização pode chegar a 20 anos. "Ela implica não apenas na recomposição de matas ciliares, como principalmente no saneamento básico e esgoto de cerca de 500 cidades da bacia do rio São Francisco", disse. Segundo o deputado, municípios como Salgueiro e Cabrobó, em Pernambuco, Cariranha e Bom Jesus da Lapa, na Bahia, já estão com os projetos técnicos de esgoto sanitário sendo executados - por isso, a importância de aprovação do Fundo Constitucional. 21/07/2005

Ações de revitalização buscam participação de comunidades da região

Yara Aquino

Brasília - Revitalizar o rio São Francisco com a participação da comunidade é o que pretendem o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e o Ministério do Meio Ambiente. Para isso, a população local receberá informações sobre educação ambiental por meio dos Coletivos de Educadores.

O coletivos serão criados nos 15 pólos que contarão com as

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Comissões Intermunicipais de Meio Ambiente (Colmeias). Eles reúnem entidades da comunidade como associações, sindicatos, organizações de ambientalistas, colônias de pescadores, entre outros. Os integrantes participarão de um curso do Ibama sobre Educação Ambiental e assim se tornarão multiplicadores de conhecimento junto às comunidades.

O coordenador geral de Educação Ambiental do Ibama, José Silva, explica que o objetivo é fazer com que as comunidades conheçam o projeto de revitalização do São Francisco e participem das decisões. "É criar um grupo de entidades para participar em todas as etapas do programa, para garantir que as ações em que o governo está botando dinheiro estejam de acordo com os interesses locais e não interesses de técnicos", afirma.

José Silva afirma que é importante que as comunidades adquiram conhecimentos sobre educação ambiental para intervir na realidade local e participar das decisões. "Se a comunidade não se instrumentaliza, não adquire determinados conhecimentos, não tem acesso a determinadas informações, ela fica sem condições de participar das decisões". Ele explica que a capacitação irá permitir que as pessoas desenvolvam capacidades para se envolver na proteção e defesa do meio ambiente. "A idéia é que essas pessoas se envolvam, consigam ter capacidade para identificar os problemas ambientais de sua comunidade, entender as causas desses problemas e gerar projetos para mudar essa situação".

Cinco integrantes de cada coletivo de educadores participam da oficina de educação ambiental com duração de duas semanas que o Ibama promove entre o final de outubro e início de novembro. Nesses encontros, eles aprendem como trabalhar a educação com a comunidade e formular projetos que

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



proponham soluções para os problemas locais. A capacitação é uma ação conjunta entre o Ibama, Ministério do Meio Ambiente e setores de diversos ministérios que atuam de forma integrada na revitalização do rio.

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco teve início em 2004 e é composto por cinco linhas de ação. A educação ambiental faz parte da segunda ação, que é a Agenda Socioambiental. Ela prevê o desenvolvimento de processos socioeducativos ambientais voltados para a conscientização social, ecológica e política da população que vive em áreas da bacia do São Francisco. 20/07/2005

Programa de revitalização também integra ações no Rio São Francisco

Yara Aquino

Brasília - Uma das ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, iniciado em 2004, é a formação de Comissões Intermunicipais de Meio Ambiente, que tiveram o nome abreviado para Colmias. "O termo remete ao simbolismo da colméia de abelhas, que desenvolve um trabalho coletivo e perseverante", afirma o coordenador do programa de revitalização do São Francisco do Ministério do Meio Ambiente, Maurício Laxe.

As Colmeias são formadas por representantes de órgãos municipais, estaduais, federais e da sociedade civil. Segundo Laxe, elas funcionarão como fóruns contínuos de discussão sobre as prioridades do processo de revitalização da bacia do São Francisco a partir das realidades locais. Serão implantadas 15 unidades em pólos que inicialmente agregam 10 municípios. A primeira Colmeia já foi instalada em Três Marias (MG), no

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



final de junho. Outras sete serão criadas ainda este ano, e o restante, em 2006.

Os integrantes das Colmeias serão capacitados para formar agentes ambientais locais, ensinar aos gestores públicos e integrantes de entidades da sociedade civil como elaborar projetos ambientais, além de estimular os municípios para que criem conselhos municipais de meio ambiente. O coordenador do programa de revitalização do São Francisco destaca que o mais importante é que todas as ações tenham a participação da população local. "Com o empoderamento da sociedade civil e sua capacitação é que vamos realmente mudar a realidade. As instituições estaduais, federais e municipais são instrumentos das políticas, agora, quem faz a diferença é a sociedade civil".

O programa de revitalização da bacia do São Francisco tem prazo de 20 anos. Em 2004, foram investidos R\$ 17 milhões e para este ano estão previstos mais R\$ 88 milhões. O projeto deve desenvolver ações para conservação do solo e de nascentes, recuperação e controle de processos erosivos, monitoramento da qualidade da água e ampliação de viveiros para o posterior reflorestamento de nascentes e margens da bacia. 20/07/2005

Projeto pode gerar mais de 250 mil empregos diretos, avalia ministério

Lílian de Macedo

Brasília - O custo das obras de integração do São Francisco às bacias do Nordeste setentrional é tão vultoso quanto os números do "rio da integração nacional". De acordo com responsável pela controladoria técnica do programa no ministério da Integração Nacional, Francisco Sarmiento, o

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



investimento final do projeto será de aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. "No orçamento deste ano, está previsto algo em torno de R\$ 600 milhões para a execução das obras", revela.

Todo esse gasto deverá compensar, segundo ele. Para Sarmiento, "a irrigação no Nordeste é alternativa para superar o subdesenvolvimento e chegar ao desenvolvimento sustentável pleno". Ele afirma que mais de 140 mil hectares de terra poderão ser irrigados após a integração, "mas o que é mais importante é que a água usada para fins econômicos será aquela que exceder no São Francisco. Ou seja, aquela que não pode ser usada, sequer, para a produção de energia", diz ele. De acordo com o coordenador, a indústria, a agricultura e a pesca serão os setores mais beneficiados pelo projeto.

O nível de emprego nas regiões onde ocorrerão as obras (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) também deve aumentar. "Só na fase de implantação do projeto, mais de 250 mil empregos podem ser criados nas regiões. Além disso, boa parte do dinheiro gasto nesta implementação será injetado na economia local, gerando a sustentabilidade hídrica tão restritiva ao nordeste setentrional em um futuro próximo", relata.

Tantas vantagens motivaram o apoio das populações atingidas pelo projeto, como conta Sarmiento. "É importante ressaltar que as comunidades impactadas pela obra são favoráveis a ela. Os habitantes entendem a perspectiva de geração de emprego e renda", diz.

Ele acrescenta, ainda, que o ministro Ciro Gomes esteve recentemente na região da Ilha de Assunção (Pernambuco), local que será beneficiado pela integração. Lá, ele determinou a construção de casas, pavimentação de estradas e outras

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



benefetorias indicadas pelos moradores locais. Mas Sarmento afirma: "Não existe barganha ou contrapartida por parte do governo federal para as comunidades que serão atingidas pelo projeto. O ministro simplesmente entendeu que eram benefícios importantes que há muito tempo a comunidade reivindicava e o ministério deu início a sua execução", explica. 20/07/2005

Obras de integração de bacias aguardam licença do Ibama para iniciar-se em agosto

Lílian de Macedo

Brasília - O responsável pela controladoria técnica das obras do projeto de integração do rio São Francisco, no Ministério da Integração Nacional, Francisco Sarmento, diz que o projeto está em fase de licenciamento ambiental, que é necessário para o início das construções. "É altamente provável que essas obras sejam iniciadas no fim de agosto. No momento, estamos providenciando a documentação necessária para solicitarmos o pedido de licença de instalação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A partir desta emissão, as obras terão início", afirma.

Mas, ele destaca que, antes da autorização definitiva, o projeto já recebeu um certificado fundamental para sua continuidade: a licença prévia do Ibama. Segundo Sarmento, há cerca de dois meses, o instituto emitiu um comprovante de que a integração não causará prejuízos ambientais para a região nem para a bacia do São Francisco. "Ela diz sobre a viabilidade ambiental do projeto. Ou seja, ela é a comprovação do órgão licenciador ambiental brasileiro de que este projeto não causa impactos ambientais."

A obra, como conta o responsável pela controladoria, ocorrerá

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



em dois eixos: o norte – que começa na altura da cidade de Cabrobro (Pernambuco) e passa pelo Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte – e o leste – que abastecerá a região do Agreste Pernambucano e o Cariri Paraibano. "Nesses dois eixos de integração, temos o canal de aproximação que chega até à área de bombeamento e a duas barragens. A construção desses locais deverá ficar a cargo do Exército brasileiro. Por isso, as obras poderão começar tão logo a licença de instalação saia, porque obras executadas pelo Exército brasileiro não precisam de licitação", explica. 20/07/2005

Projeto no São Francisco delineia novo modelo de desenvolvimento para o Nordeste

Lílian de Macedo e Spensy Pimentel

Brasília - As obras do projeto de integração do rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional podem começar já no fim de agosto e delineiam um dos principais pontos de uma nova estratégia de desenvolvimento para a região. Em pronunciamento em cadeia de rádio e TV no final de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o projeto visa "acabar de uma vez por todas com a indecente indústria da seca, que se enchia de dinheiro às custas da miséria do povo".

Em recente entrevista no programa de rádio "Café com o Presidente", Lula lembrou outros pontos da estratégia do governo para a região e voltou a falar do projeto: "Uma coisa extremamente importante é que nós fizemos um decreto desapropriando dois quilômetros e meio ao longo de toda a margem do canal, nas duas margens do canal. Dá aproximadamente 350 mil hectares de terra para que a gente faça projetos de assentamentos para a agricultura familiar, para que essas pessoas possam produzir e viver dignamente".

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Um dos maiores projetos de infra-estrutura no país, o plano no São Francisco envolve investimentos federais previstos de R\$ 4,5 bilhões, dos quais R\$ 630 milhões ainda este ano. Segundo a assessoria de imprensa do Ministério da Integração Nacional, as licitações para o fornecimento de conjuntos de motobombas já foram concluídas, e os equipamentos serão entregues no segundo semestre de 2006. Na semana que vem, outras 129 empresas apresentam propostas técnicas e financeiras para as licitações correspondentes ao início das obras.

O projeto busca beneficiar uma população de 12 milhões de pessoas, que vivem hoje em cerca de 300 cidades da região do semi-árido nordestino, inclusive grandes municípios como Campina Grande, e espera chegar a fornecer água para o abastecimento até mesmo de Fortaleza, no litoral cearense.

O especial que a Agência Brasil apresenta esta semana traz, além de detalhes sobre o início das obras no São Francisco, a discussão que o Congresso Nacional vem fazendo sobre projetos de desenvolvimento da região. Entre esses projetos, está a Proposta de Emenda Constitucional para a criação de um fundo para a revitalização do São Francisco – o que busca garantir recursos para o plano que já vem sendo implementado pelo governo federal desde 2004, como você verá nas reportagens. Completa a série material colhido durante seminário promovido pelo Banco do Nordeste, em Fortaleza, esta semana.
20/07/2005

Relator propõe que fundo para revitalização do São Francisco inclua royalties

Gabriela Guerreiro e Iolando Lourenço

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a criação de um Fundo Constitucional para a revitalização do rio São Francisco pode ser viabilizada diante do Ministério da Fazenda com a alteração em seu texto que incorpora ao fundo parte dos royalties pagos por empreendimentos hidrelétricos no rio, prevê o deputado Fernando Ferro (PT-PE), relator da PEC na Comissão Especial que analisa a matéria.

A PEC previa inicialmente que o fundo seria composto por 0,5% de toda a arrecadação da União, excluídas as transferências constitucionais e outros recursos definidos na arrecadação federal. Ferro estima que o fundo, dessa maneira, poderia arrecadar cerca de R\$ 250 milhões por ano para as ações de revitalização do rio. "Como houve resistência do Ministério da Fazenda a essa proposta, estou propondo outras alternativas, que incluem a utilização dos royalties (compensações financeiras) que são pagos aos municípios e estados onde existem empreendimentos hidroelétricos, como Itaipu, Furnas e Chesf. Essas empresas pagam algo em torno de R\$ 1,3 bilhão em royalties", disse o deputado.

Pela nova proposta, o fundo seria constituído por 10% dos recursos provenientes dos royalties, além de 0,2% das arrecadações federais. Fernando Ferro acredita que, com as mudanças, a PEC tem chances de obter o apoio da equipe econômica. As mudanças na PEC foram feitas, segundo o deputado, em comum acordo com o autor da matéria, senador Antonio Carlos Valadares. Segundo Ferro, o vice-presidente José Alencar também é favorável à matéria. "Ele trouxe elementos e contribuiu para essa solução", disse.

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), ex-governador do Rio Grande do Norte, defende a proposta para que a integração das

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



águas do Velho Chico às bacias do Nordeste setentrional possa ser efetivada sem danos ao meio ambiente. "À medida que o rio for revitalizado, ocorrerá melhor fluxo das águas para as bacias do Nordeste", ressaltou.

Garibaldi Alves disse, entretanto, que o fato de a PEC vincular recursos do Tesouro ao Fundo Constitucional provoca resistência dentro do governo e do Congresso Nacional. "Hoje, qualquer vinculação de recursos enfrenta uma oposição muito grande. Mas o projeto, que representa recursos estáveis para o Nordeste, é fundamental. Eu acredito que ele possa ser viável com recursos de royalties", afirmou o senador.

O líder da minoria na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), ao lado de outros membros da bancada baiana, critica a idéia de se constituir um Fundo Constitucional para garantir recursos à revitalização do São Francisco. Segundo Aleluia, a idéia do relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Fernando Ferro, de deslocar recursos dos royalties para o fundo vai atingir diretamente os municípios que dependem dessa verba. "O deputado Fernando Ferro está querendo tirar dinheiro dos municípios, dos royalties que pertencem a eles. Nós não aceitamos mais centralização de riqueza no Brasil. Eu sou contra a PEC", disse. 21/07/2005

Ações civis públicas têm impedido início das obras de integração do São Francisco, diz Ibama

Roberta Lopes

Brasília – As obras do projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional estão paradas, segundo informações da assessoria de imprensa do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Ibama).

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Ações na justiça têm impedido que as obras da integração se iniciem.

Uma autorização prévia para o andamento da obra já havia sido concedida pelo Ibama, mas foi suspensa por uma ação civil pública ajuizada pelo governo de Minas Gerais e o Ministério Público. A ação está sendo analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ontem (11), STF suspendeu uma ação civil pública, pedida pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Sergipe, contra a Agência Nacional de Águas (ANA). A agência foi quem emitiu o certificado de sustentabilidade hídrica e a autorização de uso do projeto de integração da bacia do Rio São Francisco.

Segundo o engenheiro Francisco Sarmiento, que é ligado à vice-presidência e está na coordenação técnica do projeto, as ações atacam pontos específicos do projeto. "Todos as ações que estão na justiça contestam o estudo de impacto ambiental feito pelo Ibama e os estudos que subsidiaram a autorização de uso do projeto realizada pela ANA", afirma ele.

Sarmiento disse ainda que só depois que o supremo julgar todas as ações o projeto poderá ser iniciado.

Segundo o site do Ministério da Integração Nacional, o projeto de integração do São Francisco vai assegurar o fornecimento de água ao semi-árido nordestino, que convive com problemas decorrentes da escassez e da irregularidade das chuvas. 12/01/2006.

Prefeitos de Pernambuco defendem urgência na integração do São Francisco

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Márcia Wonghon

Recife - Os prefeitos da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) se reúnem hoje (20) para planejar atos em defesa da integração da bacia do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. O ministro da integração Nacional, Ciro Gomes, deve participar do encontro em Salgueiro, no sertão de Pernambuco, a 513 quilômetros de Recife.

Está prevista uma reunião na sede da associação cultural do município, com a presença de 80 prefeitos, secretários municipais, vereadores, além de autoridades do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e do governo de Pernambuco.

A integração das bacias prevê investimentos de R\$ 4,5 bilhões com o objetivo de levar água para nove milhões de pessoas do semi-árido nordestino. Uma comissão de prefeitos de todas as regiões de Pernambuco vai encaminhar um documento ao presidente Lula defendendo a necessidade de urgência no início da execução das obras.

Na opinião do presidente da Amupe, Josuel Vicente Lins, o projeto é inadiável. "A água vai possibilitar, além da regularização do abastecimento humano e animal em centenas de comunidades de baixa renda, a agricultura irrigada e a pecuária, trazendo perspectivas de dias melhores para milhares de famílias sertanejas", acredita Lins.

O secretário executivo da Amupe, Anacleto Julião, disse que será iniciado a partir desta segunda-feira um movimento de apoio à transposição das águas do São Francisco. Os organizadores da mobilização querem enviar ao ministro

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Sepúlveda Pertence, do Superior Tribunal de Justiça, pedido de rejeição das liminares que impedem o início das obras. 20/02/2006

Cimi pede definição de agenda para debate sobre integração do São Francisco

Nelson Motta

Brasília - O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) protocolou ontem (24), no Palácio do Planalto, documento solicitando ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que defina uma agenda para o debate público sobre o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste.

O documento é assinado por Dom Luiz Flávio Cappio (bispo de Barra, na Bahia), Rubens Siqueira (Comissão Pastoral da Terra), Luciana Espinheira da Costa Khoury (Ministério Público da Bahia), Yvonildes Medeiros (Comitê da Bacia do São Francisco) e Lucidalva Barbosa (Fórum Permanente de Defesa do São Francisco).

De acordo com a coordenadora do Projeto de Defesa do Rio São Francisco no Ministério Público da Bahia, Luciana Khoury, o documento foi entregue porque até agora o Comitê, do qual ela faz parte, não recebeu resposta sobre a agenda acertada no dia 15 de dezembro de 2005, quando o presidente da República recebeu em audiência, no Planalto, Dom Luiz Flavio Cappio e Dom Tomás Balduino (presidente da Comissão Pastoral da Terra).

O Comitê, ainda segundo Khoury, tem demonstrado o propósito de manter o diálogo com o governo sobre a integração do rio São Francisco e sobre as alternativas de convivência com o

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



semi-árido, além da democratização do acesso à água. "Nossa proposta é de que o governo amplie o debate sobre o assunto, possibilitando a efetiva participação popular", destacou.

No documento, o Comitê destaca que o projeto para o rio ainda não foi devidamente discutido com a população da região. E que também não foi debatido um projeto de alternativas de convivência com o semi-árido que garanta acesso à água e desenvolvimento, para que nesse contexto sejam avaliadas a necessidade e a adequação da proposta de integração.

24/02/2006

Comissão adia votação de projeto sobre o Rio São Francisco

Iolando Lourenço

Brasília – Foi adiada para terça-feira (8) a votação da proposta de emenda constitucional (PEC 524-A/02) que institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, na comissão especial que trata desse assunto. Não houve acordo para votação do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Fernando Ferro (PT-PE).

O relator propôs a redução do fundo para 0,2% do produto da arrecadação dos impostos de competência da União. O texto original do Senado estabelece um percentual de 0,5%. "O 0,2% sofre reações da Fazenda. Imagina aumentar para 0,5. Aí não se aprova", disse o deputado. Ferro afirmou, entretanto, que está disposto a elevar esse percentual para 0,25 por cento para facilitar a aprovação da PEC.

Além da questão do percentual, outro ponto que inviabilizou a

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



votação da PEC foi a demanda do deputado Júlio Cesar (PFL-PI) de incluir a Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba – que nasce na divisa dos estados do Piauí, Tocantins e Maranhão – como beneficiária do Fundo de Revitalização do São Francisco.

Segundo Ferro, essa nova proposta dá margem para que outras bacias também queiram participar dos recursos da PEC. "Fomos surpreendidos com a proposta de incluir o Parnaíba no fundo. Isso vai complicar mais a aprovação. Temos que tratar a revitalização de outras bacias em outro momento", disse o relator.

O deputado Júlio Cesar quer também que seja retomada a PEC original com o percentual de 0,5%. Já o deputado José Carlos Machado (PFL-SE) sugeriu o aumento do fundo para 0,3% ou a volta da proposta original.

O parecer de Fernando Ferro prevê orçamento específico para o empreendimento, durante 20 anos para a revitalização do São Francisco, período previsto para a conclusão do projeto. Os valores anuais devem ser definidos pela lei que regulamentará o fundo.

Ferro também propôs a inclusão de recursos provenientes de órgãos da administração direta relativos à exploração econômica de recursos hídricos, na Bacia do São Francisco, para geração de energia elétrica, além de outras receitas a serem definidas na lei que regulamentará o fundo. 01/02/2006

Ministros discutem reposição de matas ciliares do Rio São Francisco

Bianca Paiva

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília – O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, informou que a reposição das matas ciliares do Rio São Francisco e a reforma agrária foram temas discutidos hoje (7) em reunião com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

"A intenção é a de ativar o Ministério da Agricultura no projeto de integração do rio às bacias do Nordeste Setentrional. As interfaces vão desde a reposição das matas ciliares, porque 95% delas foram destruídos ao longo desses anos de ação predatória, e passam pelo aproveitamento agrícola, especialmente para famílias que serão assentadas ao longo dos 350 mil hectares desapropriados para fins de reforma agrária na área", explicou.

Ciro Gomes contou ainda que há obras de saneamento nas cidades Pirapora, em Minas Gerais; Bom Jesus da Lapa e Juazeiro, na Bahia; Salgueiro, Cabrobó e Petrolina, em Pernambuco; e Penedo, em Alagoas. E disse estar preocupado com a aprovação do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco: "A nossa grande atenção é viabilizar na Câmara Federal, porque já passou no Senado a emenda à Constituição que cria o Fundo, alocando R\$ 6 bilhões pelos próximos 20 anos".

O parecer sobre a emenda constitucional que cria Fundo deverá ser votado amanhã (8) pela comissão especial da Câmara que analisa a matéria. Caso seja aprovada na comissão, a proposta seguirá para o plenário da Câmara, onde passará por dois turnos de votação antes de retornar ao Senado. 07/02/2006

Comissão especial aprova criação do Fundo de Revitalização do Rio São Francisco

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Bianca Paiva

Brasília - A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Fundo de Revitalização do Rio São Francisco foi aprovada hoje (8) pela comissão especial que analisa a matéria. Para o relator, deputado Fernando Ferro (PT-PE), a aprovação "repara uma dívida histórica que o país tem com esse importante recurso d'água". Na opinião dele, "é uma ação política por 20 anos que vai atravessar vários governos e por isso está inserida na Constituição".

Segundo Ferro, cerca de R\$ 6 bilhões serão destinados ao Fundo nesse período. Com a aprovação do substitutivo, os municípios que recebem verbas por utilizarem os recursos hídricos para a produção de energia serão responsáveis pelo repasse de 10%. À União caberão 50% e mais 0,3% sairão da arrecadação de impostos federais.

A proposta foi aprovada depois de 20 reuniões da comissão e apenas o deputado Júlio César (PFL-PI) se opôs, porque queria a inclusão da bacia do Rio Parnaíba no Fundo. O relator contou que desde 2002 houve divergências: "Primeiro, recursos originários da União. Havia e há uma resistência da Fazenda quanto à criação de um fundo vinculando, incorporando tributos a fundos constitucionais. Segundo, porque havia uma resistência dos estados e municípios em não participar do fundo, mas nós negociamos", disse.

O presidente da comissão, deputado Fernando de Fabinho (PFL-BA), disse que o fundo vai beneficiar os 504 municípios da região, que "passarão a ter recursos perenes, mês a mês, ano a ano, para a recuperação ambiental e para levar qualidade de vida aos habitantes". Na opinião dele, o fundo será aprovado "sem problemas, pelos parlamentares".

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



E o deputado José Carlos Machado (PFL-SE) destacou que "diferentemente da transposição, que divide, a integração do Rio São Francisco é uma obra que une todo o Nordeste".

A PEC será encaminhada para a Câmara, onde passará por dois turnos de votação antes de retornar ao Senado. 08/02/2006

Ciro participa amanhã de encontro com prefeitos em Pernambuco

Márcia Wonghon

Recife - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, reúne-se amanhã (20), às 10 horas, em Salgueiro (PE), com prefeitos de várias cidades pernambucanas. Durante o encontro, ele vai apresentar as diretrizes do projeto de integração das águas do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Na ocasião, a Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) vai promover ato público a favor do projeto, que prevê investimentos de R\$ 4,5 milhões.

O objetivo do projeto do governo federal é disponibilizar água para nove milhões de pessoas que habitam a região do semi-árido nordestino e enfrentam dificuldades, diariamente, por causa da falta de chuva.

Uma comissão de prefeitos de todas as regiões de Pernambuco vai elaborar um documento, a ser encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, argumentando a necessidade urgente de execução das obras.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Para o presidente da Amupe, Josuel Vicente Lins, o empreendimento é inadiável. "A água vai possibilitar além da regularização do abastecimento humano e animal em centenas de comunidades de baixa renda, a agricultura irrigada e a pecuária, trazendo perspectivas de dias melhores para milhares de famílias sertanejas", afirmou Josuel.

A reunião, que será realizada na sede da associação cultural do município, contará com a presença de 80 prefeitos, secretários municipais, vereadores, além de autoridades do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) e do governo de Pernambuco. 19/02/2006

Revitalização do Rio São Francisco é tema de festival ecocultural

Brasília - O 1º Festival Ecocultural sobre a Revitalização do Rio São Francisco será lançado hoje (30), às 10h30 em Paulo Afonso (BA) e às 15h em Delmiro Gouveia (AL). A programação, com quatro dias de duração, inclui as cidades de Piranhas (AL) e Canindé do São Francisco (SE), com espetáculos musicais e culturais, debates, oficinas e cursos sobre meio ambiente e de elaboração de projetos para obtenção de recursos.

As atividades vão reunir a população da região e o governo na implantação da política de revitalização da bacia, no entorno do Pólo Xingó, em cidades que fazem a junção do rio nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

O festival é uma realização conjunta dos Ministérios do Meio Ambiente e da Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, com apoio dos ministérios do Esporte, do Turismo, do Desenvolvimento Social, de Minas e Energia, da Integração

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Nacional, além de órgãos federais e governos estaduais e municipais.

A abertura do Festival em Canindé de São Francisco será amanhã (1º). Estão previstas oficinas de revitalização do rio, de turismo, preservação do meio ambiente e cursos de culinária regional. A programação de Piranhas também começa amanhã, com atividades educativas e culturais e um mini-curso de manejo e conservação de remanescentes florestais e noções para elaboração de projetos e recuperação.

Em Paulo Afonso, será assinado o Termo de Cooperação entre os ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, às 10h30, na abertura solene do evento. Das 12h às 13h, serão abertas as comportas da Usina de Paulo Afonso. Às 14h30, será lançado o Plano de Desenvolvimento de Turismo Sustentável, elaborado pelos ministérios do Meio Ambiente e do Turismo. Às 15h realizam-se o Torneio Infantil de Futebol de Salão, promovido pelo Ministério dos Esportes, e a oficina de gestão integrada de resíduos sólidos, iniciativa do Ministério do Meio Ambiente. À noite, às 20h show musical no estacionamento do Centro Cultural Lindinalva Cabral.

Em Delmiro Gouveia, às 15h, será feita a abertura solene do festival, seguida do Encontro dos Povos Tradicionais. Com informações do Portal do Governo Brasileiro 30/11/2005

Bispo diz que Lula abriu nova fase de debates sobre integração do São Francisco

Juliana César Nunes

Brasília – Em setembro, um religioso chamou a atenção do país para as críticas de pesquisadores e movimentos sociais ao

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



projeto do governo federal de integração do rio São Francisco a outras bacias do Nordeste. Dom Luiz Flávio Cappio, bispo de Barra, no Oeste baiano, fez uma greve de fome de 11 dias contra a obra.

Hoje (15), totalmente recuperado, ele foi recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois conversaram por quase duas horas. Ao final, Dom Cappio comemorou o que chamou de abertura de uma nova fase de debates sobre a obra. Houve uma primeira fase de debates, com cerca de 50 audiências públicas organizadas pelo Ministério da Integração Nacional. O bispo considera que essas audiências não aceitaram opiniões contrárias à obra. A greve de fome foi encerrada com o compromisso do governo de retomar o diálogo.

Essa reunião de hoje com Lula "dá início à participação da sociedade na discussão de um modelo de desenvolvimento, baseado na convivência com o semi-árido, que priorize os direitos dos pequenos. Pelo que ouvimos do presidente, a discussão será feita com começo, meio e fim, mas até que se chegue a uma conclusão satisfatória, seja por parte do governo, seja por parte da sociedade", avalia Dom Cappio, que conheceu Lula em 1994 e participou com ele da Caravana da Cidadania pelo Rio São Francisco, percorrendo o curso d'água da nascente à foz.

"Hoje, Lula disse para mim que com relação a esse projeto da transposição vai agir sempre com serenidade. Tivemos uma conversa entre amigos e confirmamos nossa confiança mútua. Saímos satisfeitos com a proposta do presidente de manter aberta a discussão. Era tudo que desejávamos", afirma o religioso.

Dom Cappio entregou ao presidente um documento no qual

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



enumera 10 motivos para ser contrário à obra. De acordo com ele, permanece a compreensão de que "não levará água a quem tem sede". Sobre a possibilidade de realizar uma nova greve de fome caso as obras do projeto sejam iniciadas, o religioso diz que enquanto houver disposição para o debate por parte do governo federal, o diálogo será respeitado e acolhido. "Agora, se não houver esse respeito, pensaremos o que fazer".

O bispo também apresentou sugestões para uma "reforma hídrica" no semi-árido brasileiro, com ações que possibilitem a democratização da água. Ele admite a possibilidade de, caso a sociedade concorde, a integração ser feita dentro da reforma hídrica. "Pode ser que a sociedade chegue à conclusão de que um projeto de transposição seja viável. Um projeto, mas não esse. Deverá ser outro projeto que realmente beneficie os pobres do semi-árido". 15/12/2005

Festival do São Francisco busca unir população em torno do projeto de revitalização

Geysa Albuquerque

Brasília - Começou hoje, e vai até domingo (4), em três estados do Nordeste, o 1º Festival Ecocultural sobre a Revitalização do Rio São Francisco. Segundo o coordenador do Programa de Revitalização do Rio São Francisco, do Ministério do Meio Ambiente, Maurício Laxe, o objetivo é unir a população local em torno do projeto, estimular e desenvolver processos educativos de preservação do rio.

As atividades, que incluem o lançamento do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Baixo São Francisco, serão desenvolvidas nas cidades de Paulo Afonso, na Bahia, Delmiro Gouveia e Piranhas, em Alagoas, e Canindé do

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



São Francisco, em Sergipe. O festival é uma realização dos ministérios do Meio Ambiente e da Cultura, com apoio de outras pastas e diversos órgãos, além dos governos estaduais.

Em entrevista à Rádio Nacional AM, Maurício Laxe disse que o festival dá início a um processo de mobilização na região do Vale do São Francisco, integrando toda a comunidade em torno do processo de revitalização. "Além de uma prestação de contas, é uma demonstração das ações que já estão em curso para revitalização de toda a bacia. São mais de 30 iniciativas já em andamento", informou. Segundo ele, isso significa participação social, que tem que fazer parte do processo de revitalização, um processo previsto para 20 anos.

Ele observou que a sociedade já vem se mobilizando pela revitalização. "O festival envolve quatro cidades na conjunção dos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. E têm vindo pessoas de toda a região. De Minas Gerais, do médio, do submédio, do baixo São Francisco". Laxe disse que o evento deve reunir de duas mil a três mil pessoas, representando toda a bacia do São Francisco. Elas vão participar de discussões, não só do ponto de vista cultural, mas também de minicursos de capacitação, de simpósios e seminários.

De acordo com Laxe, está prevista a realização de um festival ecocultural da revitalização do São Francisco a cada dois anos.
01/12/2005

Ciro reconhece necessidade de maior diálogo com comitês de bacia sobre o São Francisco

Alessandra Bastos

Brasília - Durante todo o dia de hoje (9), governo e sociedade

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



conversaram sobre o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, ressaltou que já houve vários debates, mas reconheceu que é preciso um contato maior do governo com os comitês de bacias receptoras. "Praticamente não conversamos, nunca demos bola aos comitês de bacias receptoras. Peço desculpas."

O ministro complementou: "Estamos fazendo porque Lula pediu em respeito ao frei Cappio". O diálogo com todos os brasileiros foi uma promessa feita pelo governo federal para terminar, após onze dias, com a greve de fome do Bispo da Barra, na Bahia, dom Luiz Flávio Cappio.

Vários foram os argumentos contra ou a favor do projeto. Entre as questões levantadas, três geraram bastante polêmica, não apenas no debate em Brasília, mas também naqueles realizados nas demais regiões ou nas TVs: a revitalização do Rio, a evaporação da água e a possibilidade de um plebiscito.

O ministro Ciro Gomes explicou que o governo federal está destinando R\$ 4,5 bilhões para cuidar dos problemas já existentes no Rio São Francisco, ou seja, em obras de revitalização. No entanto, Ciro disse que estados e prefeituras não têm projetos e, assim, não tem como investir todo esse dinheiro: "Se eu lhe der o dinheiro, no fim de 2006 você vai me devolver, porque os prefeitos não têm projetos".

Um dos questionamentos feitos pelos debatedores é o seguinte: já que o projeto de revitalização, para ser bem feito, vai levar algum tempo ainda e o projeto de integração vai causar alguns impactos ambientais, não seria mais prudente, primeiro, cuidar dos problemas já existentes para depois fazer a integração de bacias? O ministro disse que os dois projetos serão feitos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



simultaneamente e que as ações de recuperação do São Francisco vão levar 20 anos para serem concluídas.

Por causa do calor, a evaporação da água no Nordeste é muito grande. Em Fortaleza, por exemplo, "evapora três vezes mais do que chove", destacou o frei Gil Vander Moreira, que representou a Conferência dos Religiosos do Brasil. Com a alta evaporação, "será que basta apenas levar a água?". O ministro garantiu que "apenas 2% a 3% da água que vai passar nos canais evapora".

A terceira questão é a possibilidade de se fazer um plebiscito que decida pela realização ou não do projeto de integração, já que o tema vem gerando grande polêmica. Neste ponto, Ciro Gomes, é sucinto. "Queremos inviabilizar?".

O ministro afirmou que as críticas vêm em função do trabalho. "Quem não faz nada não é atacado. Não aceito o argumento de dom Cappio de que o projeto é para beneficiar empreiteiras. Eu sou obrigado a aceitar? Não sou santo nem religioso, e não aceito". 09/12/2005

Comitê de bacia do São Francisco pede estudos complementares e garantia de sustentabilidade

Márcia Wonghon

Recife - Representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, reunidos em evento no Mar Hotel, decidiram hoje (9) pleitear que o governo federal priorize, no projeto de revitalização do Rio, a adoção de metodologias de planejamento estratégico mais eficazes, que assegurem o uso sustentável dos recursos naturais.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



De acordo com a secretária executiva do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo de Pernambuco, Alexandrina Sobreira, o programa de preservação ambiental adotado pelo Ministério do Meio Ambiente ainda precisa ser ajustado às condições locais. Ela disse que o desafio é descobrir como a integração de bacias pode ser viabilizada, sem comprometer o meio ambiente.

Os participantes do encontro defendem que os setores produtivos sejam beneficiados também com as águas da transposição, além das pessoas e dos animais, como está previsto no projeto original.

Os integrantes do comitê aprovaram dois documentos que serão encaminhados a Agência Nacional de Águas (ANA), Secretaria de Recursos Hídricos e Ministério da Integração Nacional. No primeiro, solicitam a reavaliação da outorga definitiva da água, concedida por meio de resolução em setembro de 2005. Pedem a elaboração de estudos complementares, visando à real comprovação da disponibilidade hídrica nas bacias doadoras e receptoras, que estão inclusas no projeto de integração do São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional.

Pedem também a reavaliação da sustentabilidade hídrica apresentada pela ANA, providenciando a elaboração de estudos complementares com a intenção de comprovar o aproveitamento hídrico ao longo das bacias. 09/12/2005

Ciro Gomes diz esperar que STF derrube liminar para iniciar obras de integração do São Francisco

Vitor Abdala

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Rio - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, afirmou hoje (12) que espera a derrubada, pelo Supremo Tribunal Federal, de uma última liminar contra o projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco, para que as obras sejam iniciadas. Essa é a 19ª liminar impetrada na Justiça contra o projeto do governo federal, desde 2003. As 18 anteriores haviam sido derrubadas nas instâncias locais.

Segundo Ciro Gomes, que participou hoje de debate sobre o projeto, o governo já está pronto tecnicamente para começar as obras, que deverão durar 24 meses a um custo de R\$ 4,5 bilhões.

O ministro afirmou não temer que a obra seja paralisada em 2007, após as eleições presidenciais. "As obras são do Estado brasileiro, não são do partido A, B ou C. Nós não podemos tolerar mais essa prática que infelizmente nós testemunhamos, de obras inacabadas, de obras iniciadas e paralisadas. Se ela tem mérito, ela tem que ser concluída, não importando o partido que ganhou as eleições", disse.

Segundo Ciro Gomes, antes do início das obras o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá se encontrar com o bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, que fez uma greve de fome de 11 dias, em outubro, contra o projeto. O ministro disse acreditar que o encontro poderá ocorrer ainda nesta semana.
12/12/2005

Presidente quer debate técnico e descarta arquivamento do projeto para o São Francisco, diz Wagner

Juliana César Nunes

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - O debate sobre a integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste não levará em conta a possibilidade de arquivamento, informou na noite de ontem (15) o ministro Jaques Wagner, da Secretaria de Relações Institucionais. Essa, segundo ele, foi uma das observações feitas pelo presidente Lula durante reunião de duas horas com o bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, que em setembro fez uma greve de fome durante 11 dias contra o projeto.

"Na audiência, o presidente estabeleceu o prolongamento do debate sobre a transposição, que já vem sendo feito pelo Ministério da Integração Nacional", confirmou Wagner. "Mas o presidente foi enfático ao dizer que se há uma concepção de que esse projeto a priori é rejeitado, não há nível de diálogo. Ele acredita no projeto e quer implementá-lo. O debate técnico está aberto, mas qualquer coisa em termos de arquivamento está descartada", acrescentou.

De acordo com o ministro, a dinâmica dos debates sobre o projeto será agora estabelecida pelo próprio religioso, juntamente com pesquisadores, movimentos sociais e demais interessados na discussão, sempre com o apoio do Ministério da Integração Nacional. Na primeira fase dos debates, cerca de 50 audiências públicas foram organizadas pelo ministério. O bispo considerou que essas audiências não aceitaram opiniões contrárias à obra.

O ministro Ciro Gomes participou da reunião de Cappio com o presidente Lula. De acordo com o presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás Balduino, Gomes falou durante meia hora sobre o projeto e deixou clara a intenção de levá-lo adiante. "Difícilmente esse debate vai resultar em alguma modificação no projeto. O governo está determinado em fazer

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



essas obras. O importante agora é apresentar alternativas que possam efetivamente levar água para quem precisa", avalia Balduino. 16/12/2005

Ciro diz que não existe argumento legal para impedir transposição do São Francisco

Olga Bardawil

Fortaleza - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, afirmou hoje (28) que não há mais nenhum argumento legal que possa ser usado para impedir a realização do projeto de transposição do rio São Francisco. Segundo ele, o que está havendo agora é "chute na canela", é sabotagem.

Em palestra a alunos e professores de engenharia da Universidade Federal do Ceará, o ministro recapitulou todo o processo de criação e desenvolvimento do projeto desde o primeiro dia, quando presidente Lula propôs a idéia.

Ciro Gomes lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) determina que a quantidade mínima de água para garantir a sustentabilidade da vida humana é de 1.500 metros cúbicos por habitante por ano e que a região a ser beneficiada pela transposição dispõe de apenas 850 metros cúbicos por habitante por ano. De acordo com o ministro, isso mostra a necessidade do projeto.

Citando números de estudo do próprio Comitê da Bacia do São Francisco, ele disse que não haverá perdas para as populações ribeirinhas já que os dois pontos de captação das águas estão numa área onde o volume de água é controlado pela vazão das usinas de Sobradinho e de Itaparica e que apenas 26 metros cúbicos por segundo serão retirados do rio. "Isso significa 1,4%

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



de toda a água que está sendo despejada no mar", argumentou o ministro.

Ciro Gomes refutou as críticas de que não há definição quanto às terras que estão ao longo das margens dos canais que vão levar a água para o Ceará, Rio Grande norte e Pernambuco. Ele disse que essas terras foram demarcadas assim que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais Inpe entregou a topografia da área por onde passariam os canais:

"O presidente Lula, atendendo a nossa sugestão, baixou um decreto de utilidade pública para desapropriar uma faixa de terra de 2,5 quilômetros para cada um dos canais. Isso dá 350 mil hectares destinados à reforma agrária" - disse.

Segundo o ministro, o que há agora é uma luta política sem nenhuma base técnica ou científica que possa justificar a não-realização da obra que, para ele, já poderia estar pronta em 2006 se não fossem os recursos impetrados na justiça. Ele observou que os dois estados de onde partiram praticamente todas ações para barrar o projeto foram Bahia e Sergipe, ambos governados pelo PFL. Para Ciro Gomes, não é coincidência.
28/11/2005

Integração do São Francisco é uma pequena ação que beneficiará 12 milhões de pessoas, diz Lula

Carolina Pimentel

Brasília - A integração do rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional é uma "ação pequena" que irá beneficiar 12 milhões de nordestinos que vivem no semi-árido. A afirmação foi feita hoje (24) pelo presidente Luiz Inácio

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Lula da Silva, em entrevista a emissoras de rádio do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Segundo o presidente, o projeto não trará prejuízo para os estados que vão doar a água. "Não queremos prejudicar a Bahia, não queremos prejudicar Sergipe ou Alagoas, que são os estados que têm comportamento contra. Eu fico pensando que o povo brasileiro é tão generoso que não vai abdicar de dar um copo d'água para quem tem sede", disse Lula.

De acordo com Lula, a revitalização do rio é uma das prioridades da proposta. Ele disse que o governo está propondo a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) no Congresso Nacional que cria um fundo para recuperar o rio. Um fundo que, "durante 20 anos, seja utilizado para revitalizar as margens do rio São Francisco, para fazer o tratamento de esgoto, a coleta de esgoto, para não permitir que joguemos mais dejetos do rio São Francisco. Então, é um projeto muito sério, muito conseqüente que, eu tenho fé em Deus, a gente vai fazer".

Lula disse que a sociedade terá oportunidade de discutir o projeto. "Querem mais debate? Vamos fazer mais debate. Isso é parte da democracia. Às vezes, cansa, mas é a democracia. Como nós estamos convencidos da importância e da necessidade do projeto, nós vamos fazê-lo."

O presidente concedeu a entrevista às rádios Capital AM (SP), Tupi (SP), Globo (RJ) e Tupi (RJ). 24/11/2005

TCU investiga prefeituras que não utilizam recursos destinados à revitalização do São Francisco

Alessandra Bastos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - Prefeituras estão utilizando para outros fins o dinheiro repassado pelo governo federal destinado à revitalização do Rio São Francisco. A situação está sendo investigada, há dois meses, pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O governo federal prevê para este ano o investimento de R\$ 250 milhões vindos dos orçamentos de diversos ministérios, como Integração Nacional, Meio Ambiente e Cidades. Os recursos são repassados aos municípios e "não são aplicados", alerta o deputado Fernando Ferro (PT-PE), relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que prevê a criação de um fundo para a criação de um percentual fixo de arrecadação da União e de um comitê gerenciador para a revitalização do rio.

Ele explica que atualmente a Constituição não obriga as prefeituras a utilizarem esses recursos. "São usados para outras obrigações e, provavelmente tem desvio também", afirma Fernando Ferro.

Segundo o deputado, se aprovado, o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, proposto pela PEC, funcionaria como o Fundo Nacional da Educação ou o Sistema Único de Saúde (SUS), nos quais "os recursos têm que ser utilizados necessariamente na área". 12/11/2005

Grupo da Universidade de Fortaleza pede plebiscito para projeto de integração do São Francisco

Vitor Abdala

Rio – Um grupo de pesquisa da Universidade de Fortaleza (CE) defendeu hoje (10), no Rio, a realização de um plebiscito nos

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



estados do Nordeste para saber o que a população pensa sobre o projeto de integração da Bacia do São Francisco.

Segundo a advogada Bleine Caúla, que integra o grupo, "é interessante que o povo opine, a fim de que se afastem interesses políticos, a favor ou contra o projeto do governo federal".

Apesar de ser favorável a um "projeto que use a água do Rio São Francisco para tornar perenes rios do semi-árido nordestino", o grupo destaca alguns pontos que devem ser levados em consideração. No estudo Transposição do Velho Chico — Para que e para quem?, os pesquisadores levantam a questão "quem seriam os reais beneficiados pelo projeto de integração?".

O coordenador do estudo, Francisco de Oliveira, explica, por exemplo, que no Ceará a integração do São Francisco com o Rio Jaguaribe vai beneficiar o complexo industrial do Pecém, no litoral, mas não deve contemplar a população do sertão oeste do estado.

"Sou a favor do projeto, mas sei do perigo que existe. O perigo é que não haja fiscalização e que essa água vá simplesmente para o Porto do Pecém e que o projeto seja apenas algo para agradar a empreiteira A, B, C ou D", observou Oliveira.

O grupo também destaca que será necessário um projeto de manutenção dos canais que serão criados pelo governo federal na integração do São Francisco. Como exemplo de obra sem manutenção, ele citou o Canal dos Trabalhadores, construído em 1993. Ele liga o Rio Jaguaribe a Fortaleza e hoje está "com vários problemas que prejudicam seu uso, como o assoreamento". 10/11/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Ações para revitalização de aterros no São Francisco deverão receber R\$ 14 milhões

Brasília - O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do Ministério do Meio Ambiente, deverá liberar R\$ 14 milhões para ações de revitalização dos aterros já existentes na região do rio São Francisco. O prazo para a entrega das propostas para o financiamento de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) e execução dos programas de revitalização dos aterros termina hoje (11).

Segundo o ministério, os programas escolhidos para receber ajuda serão divulgados no dia 5 de dezembro no Diário Oficial da União. Estão habilitadas a se candidatar prefeituras de municípios que fazem parte da bacia hidrográfica do rio São Francisco, com população entre 30 mil e 250 mil habitantes.

As prefeituras com número de habitantes inferior ao estabelecido pelo edital também poderão concorrer por meio de consórcios com outros municípios. As cidades selecionados terão prazo de 12 a 24 meses para executar o plano. Já as prefeituras que pretendem revitalizar aterros sanitários em operação, recuperar lixões e implementar programas de inserção de catadores terão prazo de 12 a 24 meses para investir entre R\$ 300 e R\$ 400 mil.

As informações são do Ministério do Meio Ambiente. 11/11/2005

Bispo diz que ministro do STF é "receptivo" a ações contra integração do Rio São Francisco

Lílian de Macedo

Brasília - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence mostrou-se "sensibilizado com a nossa

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



causa e foi muito receptivo", informou o bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, após audiência que pediu para relatar a sua versão sobre o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Cappio fez uma greve de fome que durou 11 dias por ser contrário ao projeto. Só parou o protesto depois que o governo se comprometeu a retomar as discussões sobre o tema e suspender o início das obras.

Caberá ao ministro Sepúlveda Pertence julgar as ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal, Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia e grupos ambientalistas, que pedem uma liminar proibindo as obras do projeto. De acordo com essas entidades, as licitações já feitas são ilegais, porque foram anunciadas antes de concluído o licenciamento ambiental.

A assessoria do STF informa que ainda não há uma data definida para o julgamento das ações. 27/10/2005

Falta de informação é maior inimigo do projeto de integração do São Francisco, diz ministro

Adriana Franzin

Brasília - O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, disse na noite de ontem (8), em debate com a direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com o Conselho Permanente da entidade, que o maior inimigo do projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional é a falta de informação.

Segundo o ministro, a discussão em torno do projeto tem sido

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



mais emocional que técnica. Agora, destacou, "trata-se de demonstrar que há necessidade desse projeto e que o rio São Francisco pode fornecer esse pouco de água sem que haja prejuízo para a vida do rio e das populações ribeirinhas".

Antes da reunião, o ministro havia afirmado que o projeto está pronto e será iniciado assim que o debate for ampliado e forem superados os obstáculos judiciais. Na CNBB, ele defendeu que o projeto não é solução para a seca: "A seca é como a neve, ela sempre vai acontecer. O que nós estamos preparando é segurança para o abastecimento urbano de 12 milhões de pessoas, o que corresponde a 40% da população da região". Segundo ele, a proporção mínima recomendada para o abastecimento de água é de 1.500 metros cúbicos por habitante ao ano, mas a média do Nordeste é de 450 metros cúbicos.

Ciro Gomes salientou que o projeto está condicionado, legalmente, pelo termo de outorga da Agência Nacional de Águas e que pede 26 metros cúbicos por segundo, quantidade apontada por estudos técnicos como suficiente para o estricto abastecimento humano e animal. Esse volume equivaleria a 1% da vazão mínima da foz do rio e seria retirado de duas barragens: a de Cabrobó e de Itaparica. Dessa forma, seria evitada a falta de água em outras regiões abastecidas pelo rio. "Isso significa que se o projeto fosse feito escondido, ninguém notaria", brincou. E ressaltou que, a fim de evitar o desperdício, a água passará a ser cobrada: R\$ 0,11 por metro cúbico.

Sobre a revitalização do rio, o ministro afirmou que "se todo o dinheiro do mundo fosse aplicado, demoraria 20 anos para se concretizar". E acrescentou: "Revitalização não é uma palavra vazia. É um projeto de saneamento básico, é um projeto de reposição de mata ciliar em 5.700 quilômetros de margem de rio, é um processo de educação ambiental, de se livrar da

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



esquistossomose, de estruturação de pesca intensiva". Segundo o ministro, o governo já aplicou R\$ 120 milhões no programa de reposição das matas ciliares, mas o maior problema é o de saneamento básico: 250 comunidades lançam esgoto no São Francisco.

O presidente da CNBB, dom Geraldo Magela, disse que o projeto é muito complexo e a maior preocupação é com a revitalização: "O importante é se revitalize o rio e que se faça um projeto realmente capaz de atender aos anseios da sociedade".
09/11/2005

Câmara estuda nova forma de gerenciar recursos para revitalização

Alessandra Bastos

Brasília - A Câmara dos Deputados estuda uma nova forma de gerenciar os recursos para a revitalização do rio São Francisco. A proposta de emenda à Constituição (PEC) 524/2002 prevê a criação do Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.

Pela proposta inicial, a idéia era destinar 0,5% da arrecadação de impostos da União para revitalização do rio, mas há o temor de que "gere uma cascata de arrecadação de fundos", explica o relator da PEC, deputado Fernando Ferro (PT-PE).

O deputado, então, fez uma nova proposta para que o fundo seja constituído por 0,2% da arrecadação da União, mais a incorporação de recursos de compensações financeiras e royalties pagos pelo setor elétrico. Isso significaria cerca de R\$ 300 milhões por ano.

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



A quantia seria um pouco maior do que a que hoje é destinada - para este ano, está previsto o investimento de R\$ 250 milhões vindos do orçamento de diversos ministérios, como Integração Nacional, Meio Ambiente e Cidades.

Fernando Ferro ressaltou que a revitalização do São Francisco é um processo longo, que vai durar 20 anos e custará R\$ 6 bilhões, que é a soma dos recursos anuais que a PEC propõe.

A longa duração prevista para a revitalização é uma das justificativas para a criação do fundo, pois o projeto deverá passar por "pelo menos cinco gestões do governo federal", disse o parlamentar. Para ele, é preciso garantir a continuação do processo. E um percentual fixo de destinação de recursos, instituído pela PEC, iria "amarrar como compromisso do Estado, e não apenas do governo", afirmou.

A PEC também prevê a criação de um percentual fixo para os municípios que, em princípio, seria de 10% da arrecadação. Segundo o deputado, ainda está sendo estudado se seria um valor maior ou menor que este. Para o gerenciamento desses recursos, o relator propôs a criação de um comitê, que seria coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e gerenciado pelo Ministério da Integração Nacional.

A PEC 524 está sendo analisada por uma comissão especial da Câmara e pode ser votada pelo plenário ainda neste ano. Para ser validada, ainda precisará ser aprovada pelo Senado e passar pela sanção presidencial. 12/11/2005

Projeto de integração do São Francisco é discutido em encontro no Rio

Thais Leitão

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Rio - O projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste é um dos temas em debate durante o 8º Encontro de Gestão Empresarial e de Meio Ambiente (Engema) que a Fundação Getúlio Vargas (FGV) promove até domingo (13). O seminário reúne desde hoje (9) técnicos de órgãos ambientais e de saneamento para discutir questões ligadas à gestão ambiental, como uso racional da água e coleta seletiva do lixo.

Para o professor de desenvolvimento sustentável José Antônio Puppim, da Escola Brasileira de Administração Pública da FGV, o projeto que prevê de integração das águas do rio deveria ser discutido pela sociedade com maior profundidade, antes de qualquer ação do governo. "Essa medida pode afetar a sustentabilidade do rio, trazendo impactos importantes no futuro. Os desdobramentos para as comunidades ribeirinhas não estão sendo discutidos. A distribuição da água para a população, por exemplo, é uma questão que ainda precisa ser estruturada. E isso envolve negociação, recursos e análises específicas", afirmou.

O professor disse temer que o projeto de integração acabe como muitos outros, que previam grandes obras e inúmeros benefícios, mas não conseguiram surtir os efeitos esperados por falta de planejamento amplo: "Executando esse projeto como está agora, as pessoas vão continuar passando sede porque os desdobramentos indiretos, como levar a água do canal até a população não foram calculados".

Para Puppim, a realização da integração neste momento contraria o princípio da precaução, definido durante a Rio 92 (conferência global sobre meio ambiente realizada no Rio de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Janeiro em 1992). "Se há controvérsias fortes na sociedade sobre um determinado assunto, é preciso realizar mais debates técnicos e políticos até que se tome uma decisão definitiva", afirmou.

Já o professor de química e meio-ambiente Raimundo Damasceno, da Universidade Federal Fluminense, que também participa do seminário da FGV, disse acreditar que o projeto de integração vai "resolver o problema de segurança hídrica da região, prejudicada por uma estrutura cristalina presente no solo dos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará e Paraíba, que impede a formação de lençol freático – camada de água que fica sob o solo". Esse tipo de estrutura geológica, explicou, provoca o escoamento de toda a água da chuva para o mar e não permite a formação de rios perenes na região, favorecendo o quadro da seca.

Damasceno defendeu que o projeto, além de "matar a sede" de boa parte da população rural e urbana, gera empregos. "Muitas críticas são baseadas na afirmação de que a água não vai chegar à população rural, só vai para as capitais. É preciso lembrar que 80% da população, atualmente, já vive nos centros urbanos. Além disso, a água pode ser utilizada com fins industriais, favorecendo a geração de novos empregos", afirmou. 09/11/2005

Marina afirma ter certeza da aprovação da emenda de revitalização do São Francisco

Michèlle Canes

Brasília – A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva disse hoje (10) acreditar que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Revitalização do Rio São Francisco será aprovada. "Pelo

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



conjunto de cuidados que eu tenho ouvido da parte de vários parlamentares que querem ver a revitalização acontecer, eu tenho absoluta certeza disso", afirmou a ministra durante o lançamento do 1º Festival Ecocultural sobre a Revitalização do Rio São Francisco.

Segundo Marina, o empenho do governo para aprovar a proposta é uma demonstração de que há políticas permanentes para colocar recursos no processo de revitalização. Para a ministra, o projeto é "fundamental" e "estratégico", e precisa da participação da sociedade. "Não basta ter o programa, não basta ter o plano", comentou. "Tem que implementar e para implementar tem que ter dinheiro, mas não basta ter só dinheiro. É preciso que essa implementação seja democrática e parceira com controle e participação da sociedade".

O ministro da Cultura, Gilberto Gil, disse que o desenvolvimento exige a integração de várias áreas: "O modelo de desenvolvimento engloba necessariamente a cultura, o meio ambiente, o turismo sustentável, a economia e um processo educacional que seja afirmativo dos valores que nós queremos aqui empregados".

O festival está marcado para os dias 1º a 4 de dezembro em cidades de Alagoas, Bahia e Sergipe. O evento tem o objetivo de estimular e desenvolver processos educativos para a preservação do rio. Durante a abertura, está prevista a assinatura de convênios para a criação de uma área de proteção ambiental (APA) e do Museu do São Francisco. 10/11/2005

Dinheiro que Chesf repassa ao governo pelo uso das águas do São Francisco paga juros da dívida

Lílian de Macedo

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - A Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) repassou este ano R\$ 137,6 milhões para os cofres do Tesouro Nacional como compensação financeira pela utilização de recursos hídricos da bacia do São Francisco. A informação é da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O valor é seis vezes menor que o lucro líquido que a estatal espera obter no ano:

R\$	830	milhões.
-----	-----	----------

O coordenador do Programa de Revitalização do Rio São Francisco no Ministério do Meio Ambiente Mauricio Laxe explica que o dinheiro repassado pela companhia ao governo não é utilizado em programas ambientais de preservação e revitalização. "A Chesf paga compensações financeiras pelo uso da água do São Francisco. Este dinheiro, que vai para a conta única do governo, fica contingenciado no Ministério da Fazenda porque servirá para aumentar o superávit primário. Não temos garantia de que este recurso será usado na revitalização porque não há vínculo obrigatório para isso", destaca. O superávit primário é o dinheiro que o governo economiza para pagar juros da dívida pública

Laxe ressalva que um projeto de emenda à Constituição sobre o tema tramita no Congresso Nacional. A proposta prevê que toda verba arrecadada em compensações pelo uso de recursos naturais seja efetivamente utilizada em programas ambientais. "O projeto destina, inclusive, uma porcentagem do Imposto de Renda para a revitalização da bacia do São Francisco", assegura.

A assessoria de imprensa da Chesf afirma que a estatal também adota outros tipos de reparação aos danos ambientais decorrentes de seus empreendimentos. Como exemplos, a assessoria destaca programas de preservação do Parque

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Nacional de Ubajara, no Ceará, e o Parque Nacional da Serra das Confusões, no Piauí. As duas reservas fazem parte da área incluída no sistema de transmissão da Chesf, que abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A empresa não divulga, entretanto, o montante investido nesses casos. 12/11/2005

Wagner reitera que governo está aberto a diálogo sobre projeto de integração do São Francisco

Lourenço Melo

Brasília - O ministro Jaques Wagner, da secretaria de Relações Institucionais, reiterou que "o governo continua aberto ao diálogo com relação ao projeto de integração do Rio São Francisco e pretende mostrar aos opositores do projeto as razões que justificam o seu acerto".

Depois de receber à noite duas comissões de representantes do movimento contra a integração e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o ministro afirmou que após "mais de dois anos e meio de trato com a questão, o governo está convencido de que o projeto é uma medida acertada e, portanto, será benéfico".

Cada um dos grupos deixou com o ministro uma carta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, explicando os pontos divergentes que vêm no projeto de integração do Rio São Francisco e na política da reforma agrária.

Jaques Wagner informou ainda ter conversado hoje com o frei Luiz Flávio Cappio, que está em Brasília e pretende marcar entrevista com o presidente Lula. Segundo o ministro, é necessário "organizar de forma rápida o debate sobre o projeto

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



de integração, que já foi muito discutido por todas as áreas do governo". 26/10/2005

Justiça derruba liminar que impedia licenciamento ambiental na integração do São Francisco

Márcia Wonghon

Recife – O presidente do Tribunal Federal da 5ª Região, desembargador Francisco Queiroz, suspendeu liminar da Justiça Federal em Sergipe que impedia a obra de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. A liminar foi concedida em ação civil pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Sergipe.

Segundo o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, 18 liminares contra a execução do projeto federal já foram derrubadas pela Justiça.

O desembargador Francisco Queiroz explicou que se houver mais alguma ação contra o governo, nesse sentido, ela será encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF), "a quem compete julgar conflitos entre União, Estados e entidades da administração direta, conforme a constituição federal estabelece".

O juiz federal Mário Jambo, da 3ª Vara de Sergipe, tinha estabelecido que a Agência Nacional de Águas (ANA) estava impedida de realizar licitação relativa ao projeto para exploração de recursos hídricos. Além disso, estabeleceu multa de R\$ 10 mil, por dia, caso houvesse descumprimento da determinação.
26/10/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Jaques Wagner diz que haverá debate "prolongado" antes das obras para integração do São Francisco

Márcia Wonghon

Recife – O ministro Jaques Wagner, da Secretaria de Relações Institucionais, assegurou que, antes da execução das obras da integração do Rio São Francisco, o debate será "prolongado". Contudo, ele reafirmou que o projeto é prioridade do presidente Lula.

Durante entrevista coletiva no Teatro Santa Isabel, em Recife, Jaques Wagner disse que se mantém o acordo do governo com o bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, no início do mês. O bispo fez greve de fome por mais de dez dias em protesto contra o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional. O ministro, na ocasião, entregou ao religioso uma carta do presidente, na qual o governo propõe ao bispo o prolongamento do diálogo sobre a integração.

De acordo com o ministro, é preciso, além de esclarecer dúvidas, incluir novos conceitos ao projeto. Ele afirmou ter a convicção sobre a viabilidade da obra e que ela vai beneficiar cerca de 12 milhões de habitantes nordestinos. "O tema é apaixonante, já que se trata do rio da integração nacional. Um projeto dessa magnitude nunca terá consenso porque sempre terá alguém achando que poderia fazer de forma diferente", apontou.

Contou ainda que uma equipe de ministros, incluindo Ciro Gomes (Integração Nacional), Marina Silva (Meio Ambiente) e Dilma Rousseff (Casa Civil), deve participar de uma série de debates com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). "Por outro lado, estamos lutando agora para aprovar no

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Congresso Nacional a emenda que destina recursos específicos para a revitalização do Rio", complementou.

O ministro disse que obras de saneamento básico na região ribeirinha do São Francisco já estão em andamento, assim como o levantamento do leito do rio, que prevê a recuperação da navegabilidade e das matas ciliares. 26/10/2005

Ciro Gomes diz que integração do Rio São Francisco pode ser realizada em 24 meses

Márcia Wonghon

Recife - O ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, assegurou hoje (24) que o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste setentrional, também conhecido como transposição do São Francisco, tem condições de ser executado pelo governo federal em um prazo dois anos.

Ciro Gomes disse que a polêmica em torno do empreendimento é mais barulhenta do que a iniciativa merecia. Segundo o ministro, o projeto é simples, já que o volume de água a ser transposto corresponde a 1,4% da vazão do rio e as obras de engenharia só incluem dois trechos de canais, com extensão de 720 quilômetros, com pequenos túneis e poucas estações elevatórias.

O ministro se queixou de que um dos principais opositores da obra é o Partido da Frente Liberal (PFL). "Alguns parlamentares do PFL da Bahia e de Sergipe têm sido agressivos e mesquinhos, violentando uma tradição nordestina milenar de que não se deve negar água para quem precisa.", observou.

Sobre a greve de fome realizada em setembro pelo bispo dom

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Luiz Cappio, do município de Barras, a 650 quilômetros de Salvador, com objetivo de impedir o andamento do projeto, Ciro Gomes declarou que nada mudou."O bispo demonstrou numa frase, de uma carta encaminhada por ele ao presidente Lula, que estava entendendo equivocadamente a idéia do projeto, por ter alegado que 70% da água seria destinada a beneficiar grandes empreendimentos", disse.

Ciro afirmou que o projeto é uma concessão da Agência Nacional de Águas que vai contemplar exclusivamente o abastecimento humano. "Acho que uma greve de fome, qualquer que seja a motivação, atenta contra a moral cristã. Fazer uma greve de fome para antagonizar numa democracia, numa república, se pondo ao lado de uma facção em detrimento de milhões de pessoas que precisam (de água), talvez mereça da parte do bispo uma reflexão", disse. Ele afirmou que será realizado um debate na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, (CNBB), nos dias oito e nove de novembro e nas regionais da instituição no Nordeste.

Ciro Gomes disse que as iniciativas de integração do São Francisco, que já vem sendo debatidas há três anos, podem ser ainda alteradas desde que sejam apresentadas proposições que tenham mérito.

O ministro fez uma palestra sobre os desafios da gestão dos recursos hídricos, no 10º Simpósio Nacional de Auditorias em Obras Públicas. O evento, promovido pelo Instituto Brasileiro de Auditoria e Obras Públicas e Tribunal de Contas de Pernambuco, reúne até quinta-feira (27), na capital pernambucana, 600 participantes de todo o país. Eles vão debater, entre outros temas, a transparência no controle social e os novos desafios da fiscalização no combate à corrupção em obras públicas. Nos quatro dias do evento serão realizados painéis e oficinas, além

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



de visitas técnicas a obras de relevância econômica, social e cultural do estado. 24/10/2005

Municípios da Bacia do São Francisco têm até novembro para pedir recursos para tratar lixo

Alessandra Bastos

Brasília – Até 11 de novembro, as prefeituras de municípios integrantes da bacia hidrográfica do Rio São Francisco devem entregar propostas para receber financiamento para a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) ou para execução de programas de revitalização de aterros, recuperação de lixões ou implementação de programas de inserção socioeconômica de catadores de lixo.

O Ministério do Meio Ambiente pretende investir R\$ 14 milhões nas obras, que fazem parte do programa de revitalização do São Francisco.

Os planos selecionados serão divulgados em 5 de dezembro no Diário Oficial. Podem participar municípios com 30 mil a 250 mil habitantes. As prefeituras com número de habitantes menor que o estabelecido podem concorrer por meio de consórcios com outros municípios.

Os municípios selecionados para os PGIRS terão até dois anos para executar o plano. Para isso, terão de R\$ 500 mil a R\$ 600 mil. Já as prefeituras que pretendem revitalizar aterros ou criar programas socioeconômicos terão de R\$ 300 mil a R\$ 400 mil para o investimento, que também deve ser feito em dois anos.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, pelo menos 87 municípios podem concorrer ao financiamento. 20/10/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Comissão adia votação de parecer sobre revitalização do Rio São Francisco

Michèle Canes

Brasília – A reunião da comissão especial da Câmara que analisa a proposta de emenda constitucional para a criação do fundo de revitalização do Rio São Francisco encerrou às 16 horas, e o parecer de avaliação do texto não foi votado. Sem consenso acerca do relatório apresentado pelo deputado e relator, Fernando Ferro (PT-PE), a sessão foi transferida para o dia 27 para que ajustes sejam feitos ao documento.

Um dos pontos de divergência entre os parlamentares é a porcentagem de contribuição de cada estado para o fundo. "Os estados do Sul acham que 10% é muito para eles, então teremos que recompor e redistribuir para estabelecer um peso a menos para os outros estados", afirma Fernando Ferro.

O deputado Luiz Carreira (PFL-BA) afirma ser contra a revitalização, pois os custos serão da União e não apenas dos estados diretamente atingidos, que são sete. "Evidentemente que isso será um novo conflito federativo", avalia ele.

O relator argumenta que o rio é um patrimônio nacional e gera energia para todo país. "Hoje quando se gera energia no nordeste, ela pode ir para o Paraná porque o sistema é interligado então são beneficiados também. Quem ganha com energia que chega em sua casa lá no sul deve contribuir também", afirma ele.

Carreira aponta outros pontos de discordância, como a definição de o órgão que será o gestor do fundo. O relator indica o Ministério do Meio Ambiente para a função. "Caberia certamente

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



a outro órgão federal. Citar na PEC (proposta de emenda constitucional) qual o órgão limita a ação do executivo", diz Carreira. "Como se trata de uma revitalização hidro-ambiental, na nossa compreensão é lógico que seja o Ministério do Meio Ambiente", explica Ferro.

O substitutivo de Fernando Ferro para a PEC – que tramita no Congresso desde 2002 – prevê que o fundo seja formado por 0,2% da arrecadação federal e 10% dos royalties do setor elétrico pagos como compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos na geração de energia elétrica. Ou seja, do total pago pelas empresas do setor pelo direito ao uso da água, 10% serão destinados para o fundo. O deputado acredita que, com essa composição, o fundo poderia dispor de R\$ 250 milhões anuais para custear as ações de revitalização do Rio São Francisco.

Hoje, 90% dos royalties são distribuídos, igualmente, entre estados e municípios atingidos por barragens. Fernando Ferro não vê problemas na redução desse repasse para estados e municípios, já que o dinheiro dos royalties da energia elétrica produzida por barragens entra na conta única do município e não existe uma obrigação legal para que os recursos sejam investidos na recuperação de matas ciliares, tratamento de água e esgoto canalizados para seus rios, entre outras ações de redução dos impactos ambientais. 11/10/2005

AGU e Ibama entram no Supremo contra decisões que impedem obras do projeto do Rio São Francisco

Alessandra Bastos

Brasília - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Advocacia-Geral da União

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



(AGU) protocolaram hoje (17), no Supremo Tribunal Federal (STF), duas reclamações contra decisões de primeira e segunda instâncias que impedem as obras do Projeto de Integração da Bacia do São Francisco às Bacias do Nordeste Setentrional.

O Ibama e a AGU alegam que "a competência para julgar as ações é do STF porque envolvem conflitos entre a União e os estados, com potencialidade lesiva ao pacto federativo", diz nota da Advocacia da União. Além disso, argumentam que "a competência do STF para examinar a questão já foi firmada pelo próprio tribunal no julgamento da Reclamação 3.074/MG, na qual questões como essa não podem ser julgadas pelas instâncias ordinárias, sujeitas a pressões e interesses locais", ressalta o texto.

A primeira ação é de autoria do Ministério Público. O juízo de primeira instância concedeu a liminar para interromper as obras, determinando a remessa dos autos ao STF, em razão da Reclamação 3074/MG, segundo o qual a competência para julgar a questão é da Suprema Corte. O Ministério Público Federal recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região e a desembargadora Isabel Galotti, embora tenha determinado a remessa dos autos principais ao STF, decidiu manter as obras paralisadas até a decisão do relator na Corte Suprema.

A segunda ação foi proposta pelo Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual e várias entidades ambientais. A 14ª Vara da Justiça Federal da Bahia concedeu liminar para interromper as obras. A ação cita diversas irregularidades na concessão da licença prévia emitida pelo Ibama e a suspende até que as falhas sejam corrigidas.

Com informações da AGU 17/10/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Correios lançam selo em comemoração aos 504 anos de descoberta do rio São Francisco

Brasília - Em comemoração aos 504 anos de descoberta do rio São Francisco, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) lançam hoje o selo "São Francisco – O Rio da Integração Nacional". A cerimônia ocorre às 16 horas, em um restaurante à beira do rio em Penedo (AL). Participam representantes dos governos estadual e municipais, vereadores e personalidades da região.

O selo, com tiragem de 5,1 milhões de unidades, traz o mapa da bacia hidrográfica do São Francisco; a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso; a população ribeirinha e seus jangadeiros e canoeiros; e imagens estilizadas de uma cachoeira, representação das atrações turísticas da região do Alto Rio São Francisco e o Oceano Atlântico, onde o rio deságua.

11/10/2005

Ibama irá à Justiça por licença para projeto do São Francisco, diz diretor

Adriana Franzin

Brasília - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), pedirá na Justiça a suspensão da liminar que cassou a licença prévia para o projeto de Integração das Bacias do São Francisco com o Nordeste setentrional. O anúncio foi feito hoje (10) pelo diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do instituto, Luiz Felipe Júnior.

Em entrevista concedida à Rádio Nacional, ele disse que os estudos de impactos ambientais foram suficientes para a

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



emissão da licença prévia e que o processo ocorreu dentro dos princípios de publicidade e boa técnica: "Nós acreditamos que demonstrando as razões técnicas que o Ibama adotou para conceder a licença prévia, e todos os cuidados que nós tivemos durante esse processo de licenciamento, teremos rapidamente o reconhecimento na Justiça".

O diretor explicou que o projeto passa por várias etapas até receber aprovação do Ibama. Primeiro, é feita uma vistoria no local. Depois, é estabelecido um termo de referências que definirá as etapas do estudo de flora, fauna, mananciais hídricos, nascentes e ocupação humana. "Nesse estudo são estabelecidas medidas para diminuir os impactos negativos e otimizar os impactos positivos que o projeto venha causar", acrescentou.

Quando há necessidade de deslocamento de famílias, salientou, o Ibama verifica os programas de desapropriação e de assentamento, para que as famílias "recebam uma justa indenização e possam retomar suas atividades".

Luiz Felipe Júnior disse ainda que depois de autorizadas, as obras são acompanhadas: "Nós analisamos se o programa de assentamento está correto, se o replantio de mudas está sendo feito, se as medidas de controle de poluição estão sendo adotadas". Segundo ele, o projeto do São Francisco já estava em fase final de avaliação e o parecer técnico seria concluído ainda hoje (10). 10/10/2005

Justiça em Sergipe suspende licença do Ibama para integração do São Francisco

Mylena Fiori

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília – A Justiça Federal de Sergipe determinou, por meio de liminar, a suspensão imediata do processo de licenciamento ambiental concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. A liminar foi concedida em ação civil pública da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Sergipe.

No começo do mês, a Justiça Federal da Bahia havia suspenso a licença prévia dada ao Ibama em abril para a execução das obras no São Francisco. O Ministério Público federal e estadual na Bahia, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais na Bahia e o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco pediram a suspensão do processo de licenciamento alegando irregularidades.

O diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do instituto, Luiz Felipe Júnior, em entrevista à Rádio Nacional no dia 10, disse que os estudos de impactos ambientais foram suficientes para a emissão da licença prévia e que o processo ocorreu dentro dos princípios de publicidade e boa técnica: "Nós acreditamos que demonstrando as razões técnicas que o Ibama adotou para conceder a licença prévia, e todos os cuidados que nós tivemos durante esse processo de licenciamento, teremos rapidamente o reconhecimento na Justiça".

Porém, o governo de Minas Gerais e o Ministério Público mineiro também tiveram decisões favoráveis, da Justiça Federal, em Ação Civil Pública que exigia, do Ibama, complementação dos estudos e análises dos impactos ambientais no estado para a implementação do projeto de transposição das águas do rio.

O Ibama e a Advocacia-Geral da União (AGU) questionam, no

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Supremo Tribunal Federal (STF), as decisões da Justiça Federal que impedem o projeto. O Ibama e a AGU alegam, em reclamação protocolada na última segunda-feira (17), que a competência para julgar o caso é do STF porque se trata de conflito entre a União e os estados , "com potencialidade lesiva ao pacto federativo".

Ontem (18), o Supremo recebeu simultaneamente duas ações, com pedido de liminar, para suspensão do processo de licenciamento ambiental e da licitação para a execução das obras de transposição das águas do Rio São Francisco. As ações pedem também a anulação do atual Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e a apresentação de novos estudos de impacto ambiental que corrijam as falhas apontadas no processo.

19/10/2005

Municípios da Bacia do São Francisco têm até novembro para pedir recursos para tratar lixo

Alessandra Bastos

Brasília – Até 11 de novembro, as prefeituras de municípios integrantes da bacia hidrográfica do Rio São Francisco devem entregar propostas para receber financiamento para a elaboração de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) ou para execução de programas de revitalização de aterros, recuperação de lixões ou implementação de programas de inserção socioeconômica de catadores de lixo.

O Ministério do Meio Ambiente pretende investir R\$ 14 milhões nas obras, que fazem parte do programa de revitalização do São Francisco.

Os planos selecionados serão divulgados em 5 de dezembro no

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Diário Oficial. Podem participar municípios com 30 mil a 250 mil habitantes. As prefeituras com número de habitantes menor que o estabelecido podem concorrer por meio de consórcios com outros municípios.

Os municípios selecionados para os PGIRS terão até dois anos para executar o plano. Para isso, terão de R\$ 500 mil a R\$ 600 mil. Já as prefeituras que pretendem revitalizar aterros ou criar programas socioeconômicos terão de R\$ 300 mil a R\$ 400 mil para o investimento, que também deve ser feito em dois anos.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, pelo menos 87 municípios podem concorrer ao financiamento. 20/10/2005

CNBB estuda data e local para retomada de debates sobre revitalização do São Francisco

Lílian de Macedo

Brasília - O Ministério da Integração Nacional e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) devem retomar os debates sobre o projeto de revitalização e integração de bacias do rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional, também conhecido como Projeto de Transposição do Rio São Francisco. Nota divulgada pela CNBB informa que a entidade analisa a data e o local para reinício das discussões, como foi solicitado pelo ministro **Ciro Gomes** na última sexta-feira (7).

Segundo a nota, o secretário-geral da CNBB, **Dom Odilo Scherer**, respondeu à carta enviada por **Ciro Gomes**. "Em nome do presidente da CNBB, **Dom Geraldo Majella Agnelo**, que se encontra ausente do país, agradeço o envio do ofício e informo que a CNBB, desde agora, está estudando a proposta recebida e, oportunamente, informará Vossa Excelência sobre as

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



possibilidades de data e local para o debate", diz o texto.

A retomada das discussões sobre o tema foi um dos pontos previstos no acordo estabelecido entre o bispo de Barra (BA), Dom Luiz Flávio Cappio, e o governo federal. Dom Cappio, que é contra a transposição do rio, interrompeu a greve de fome que durou 10 dias depois que o governo decidiu reiniciar o debate.

10/10/2005

Migração do Nordeste pode cair com projeto do São Francisco, prevê ministério

Alessandra Bastos

Brasília - Uma das conseqüências positivas do projeto de integração do Rio São Francisco será a redução do fluxo migratório, já que para fugir da seca o nordestino abandona sua casa e vai para grandes centros urbanos. O argumento faz parte do relatório do ministério da Integração Nacional, apresentado hoje (7) à imprensa.

"A falta d'água no semi-árido afeta não só quem está lá, mas acaba prejudicando até quem nunca passou pelo sertão nordestino", diz o texto. Um dos objetivos do projeto é levar água para garantir "o desenvolvimento sustentável dessa região".

Ao todo, 12 milhões de pessoas serão beneficiadas. A obra levará dois anos para estar parcialmente concluída. O valor estimado é de R\$ 4,5 bilhões.

O relatório afirma que não é correto falar em "transposição", mas sim em "integração" do Rio São Francisco. Transposição será a "transferência, de um lugar para outro, de um grande

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



volume de água, o que não é o caso do projeto".

Para a integração das bacias, dois canais serão construídos: o canal Leste se chamará Celso Furtado e levará água aos estados de Pernambuco e Paraíba; e o canal Norte, ainda não denominado, atenderá aos moradores do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. 07/10/2005

Revitalização do Rio São Francisco deve receber R\$ 68,5 milhões em 2005

Alessandra Bastos

Brasília – O Ministério da Integração Nacional afirma que neste ano estão sendo investidos R\$ 68,5 milhões em ações de revitalização do Rio São Francisco.

A revitalização do rio é apontada como um dos principais pontos de crítica ao projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. O ministério afirma que, desse total, R\$ 47,4 milhões já foram investidos em ações como o saneamento das cidades de Cabrobó e Petrolina, em Pernambuco, e Bom Jesus da Lapa e Juazeiro, na Bahia.

Ações para revitalização e as conseqüências da transposição do rio para as populações ribeirinhas foram motivos do protesto do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, que ficou 11 dias sem comer em uma igreja em Cabrobó.

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, dará uma entrevista nesta tarde para explicar alguns pontos do projeto de integração do São Francisco. 07/10/2005

Secretário-geral da CNBB diz que apóia protesto do bispo

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Alessandra Bastos

Brasília - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apóia o protesto feito pelo bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, apesar de considerar que "não é eticamente aceitável fazer uma greve de fome até a morte". O secretário-geral da CNBB, dom Odilo Pedro Scherer, lembrou que a igreja católica condena o suicídio.

O bispo ficou sem comer durante 11 dias, em protesto contra o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional. Hoje (6), o ministro Jaques Wagner, da Secretaria de Relações Institucionais, foi a Cabrobó (PE) negociar com o bispo o fim da greve de fome. Os dois fecharam um acordo em que o governo se comprometeu a promover uma discussão nacional sobre o projeto, antes do início das obras. O governo também se propôs a dar atenção especial aos impactos ecológicos e à situação das populações mais pobres e ribeirinhas.

Assim que se recuperar, dom Cappio deverá se reunir com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O protesto chamou a atenção do papa Bento XVI, que escreveu uma carta ao bispo, cujo teor não foi divulgado. Dom Odilo Scherer, no entanto, afirmou que o documento continha um pedido de que o bispo suspendesse a greve. E se disse feliz com o desfecho do protesto: "Apesar de ser um gesto extremo, é positivo pela mobilização".

Sobre a posição da Igreja em relação ao uso de um cargo religioso para uma questão política, Dom Odilo lembrou que "a causa ultrapassa o político, é uma questão humanitária, e se um deputado tivesse feito também teria chamado a atenção". O

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



secretário-geral, no entanto, ressaltou que esse "não foi um ato da CNBB, foi um ato pessoal do bispo". E ao final da entrevista, brincou: "Espero que a moda não pegue". 06/10/2005

Relator dá parecer favorável à criação de fundo para revitalização do São Francisco

Juliana Cézar Nunes

Brasília - O deputado Fernando Ferro (PT-PE) enviou hoje (6) o parecer em que aprova a criação do fundo de revitalização da bacia do São Francisco à comissão designada para avaliar a proposta de emenda constitucional (PEC) 524. O deputado disse que a greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio, acelerou as negociações com o Ministério da Fazenda.

"O parecer estava pronto há 15 dias e, infelizmente, tivemos resistência no Ministério da Fazenda em relação à parte de arrecadação de tributos. Houve uma discussão demorada, e por isso não era fácil aprová-lo, uma vez que não tinha surgido um agravamento como o colocado com a greve de fome do bispo, o que, sem sombra de dúvida, apressou esta Casa e a consciência de todos os envolvidos, para a que PEC fosse votada".

A proposta para a criação do Fundo tramita no Congresso desde 2002 e prevê que sejam destinados ao fundo parte dos royalties das empresas de energia elétrica e 0,2% da arrecadação da União pelos próximos 20 anos, o que garantiria R\$ 5 bilhões.

A comissão vota o parecer no dia 11 de outubro. Se for aprovado, deverá ser apreciado pelo Plenário da Câmara e, depois, pelo Senado. "Acredito que nos próximos dias esse fundo será aprovado", disse Ferro. "A revitalização é uma ação

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



permanente que pode, inclusive, distensionar a discussão sobre a interligação de bacias". 06/10/2005

"Nunca pretendemos ser os donos da verdade", diz Ciro Gomes sobre integração do São Francisco

Juliana César Nunes

Brasília - O ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes**, apresentou detalhes do projeto de integração da bacia do Rio São Francisco e tirou dúvidas dos parlamentares durante reunião hoje (6) com a bancada de deputados do PT no Congresso Nacional.

Na saída, o ministro disse que preferia não comentar de forma específica o fim da greve de fome do bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio. O religioso se diz contrário ao projeto. "Nunca pretendemos ser donos da verdade. Qualquer brasileiro de boa fé que deseje fazer uma crítica, que deseje ponderar um aspecto defeituoso ou que deseje sugerir um aperfeiçoamento do projeto é muito bem-vindo", resumiu **Ciro Gomes**.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, **Henrique Fontana** (RS), considerou a decisão do bispo de encerrar a greve de fome um "excelente desfecho para o país". Para ele, foi uma demonstração da capacidade de diálogo do governo e da sensibilidade de dom Cappio. "O projeto pode até precisar de aperfeiçoamento, mas na essência ele é estratégico para o país. Vai beneficiar 12 milhões de pessoas no semi-árido, sem prejudicar nenhum brasileiro", avaliou **Fontana**.

As explicações de **Ciro Gomes** no encontro de hoje, acrescentou, atenderam às expectativas da bancada, que agora estaria mais consciente da necessidade da integração do rio a outras bacias

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



do Nordeste: "As resistências são normais e saudáveis em um processo como esse. Mas o apoio ao projeto é crescente nas bancadas e na sociedade brasileira. A questão das liminares faz parte da democracia".

Sobre as críticas feitas à falta de esforço do governo em promover a revitalização do rio São Francisco, o deputado lembrou que no último ano do governo Fernando Henrique Cardoso foram investidos apenas R\$ 2 milhões em projetos de recuperação do rio, que passa por Minas Geras, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Distrito Federal. No atual governo, a revitalização teria recebido uma média de R\$ 100 milhões por ano.

Esse valor, de acordo com o líder do PT, deve aumentar em até três vezes a partir da aprovação de um fundo de revitalização permanente. Fontana prometeu trabalhar para colocar, em no máximo dez dias, a Proposta de Emenda Constitucional que cria o fundo na pauta de votações da Câmara. 06/10/2005

Integração do São Francisco não vai acabar com a seca, admite ministro

Alessandra Bastos

Brasília - O projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional não vai acabar com o problema da falta d'água no Nordeste brasileiro. O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, explicou hoje que 470 comunidades, vilas e assentamentos vão ser beneficiados, o que representa apenas 45% da população do semi-árido nordestino. "Não vai acabar com a seca", reconheceu o ministro.

De acordo com Ciro Gomes, o projeto não é, por exemplo, "uma

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



resposta ao problema real das populações difusas". Ele explicou que 25% da população nordestina vivem no campo, em casas distantes. E que essas 12 milhões de pessoas não terão acesso ao projeto.

Para minimizar a situação, o governo federal promete construir um milhão de cisternas. Mas admite que elas também não serão a solução definitiva. O volume de água guardado por ano em uma cisterna representa um total muito pequeno. "Não permite nem criar uma cabra. A classe média gasta isso em um mês apenas no banho", comparou o ministro.

Ciro Gomes ressaltou, no entanto, que "a geografia do semi-árido é um dos principais indicadores de fome no Brasil". De acordo com o ministro, a Organização das Nações Unidas recomenda um mínimo de 1.500 metros cúbicos de água ao ano por habitante. E no Nordeste Setentrional, a média é de 450 metros cúbicos – no Agreste pernambucano, cai a 300 metros cúbicos. "Não há o mínimo de água", disse.

O ministro informou que na bacia do Rio São Francisco o volume de água é de 4.500 metros cúbicos. E ressaltou: "Há água. É preciso fazer com que ela chegue". 07/10/2005

Justiça na Bahia suspende licença prévia do Ibama para integração do São Francisco

Alessandra Bastos

Brasília - A 14ª Vara Federal na Bahia suspendeu a licença prévia concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Com a decisão da juíza, Cynthia de

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Araújo Lima Lopes, o Ibama não pode conceder a licença de instalação, que autorizaria o início das obras. A informação é da assessoria de imprensa do MPF.

No último dia 29, o Ministério Público Federal na Bahia, o Ministério Público do estado, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia, a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (ATTR) na Bahia e o Fórum Permanente de Defesa do São Francisco entraram na Justiça para suspender o processo de licenciamento ambiental. Eles alegam diversas irregularidades na licença concedida pelo Ibama. Entre elas, a falta de um estudo sobre a fauna e a flora e o impacto sobre as populações ribeirinhas.

A decisão da juíza, emitida ontem, suspende o processo de licenciamento ambiental até que as falhas do projeto de integração sejam corrigidas. A decisão não é definitiva, uma vez que o Ibama pode recorrer no Tribunal Regional Federal. De acordo com a assessoria de imprensa do Ibama, o órgão não comenta o caso pois ainda não recebeu o documento oficialmente.

A licença prévia foi emitida pelo Ibama, em 29 de abril, contendo 31 exigências para a transposição do Rio. Com base nas exigências, o Ministério da Integração Nacional traçou 36 planos para diminuir o impacto ambiental do projeto. Até amanhã, fica pronto o parecer técnico do Ibama que analisa os planos do ministério e se as exigências foram todas cumpridas. O Ibama aguarda o parecer técnico para a concessão da licença de instalação, que autoriza o início das obras. 06/10/2005

Bispo de Barra analisa carta enviada pelo presidente Lula

Juliana Andrade e Carolina Pimentel

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Brasília - O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques Wagner deixou há pouco a sala onde se reunia com o bispo de Barra (BA), dom Luiz Flávio Cappio. Wagner entregou ao religioso - que faz greve de fome há 11 dias em protesto contra o projeto de integração do Rio São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional - uma carta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está sendo analisada por Cappio e outros membros da Igreja.

Os dois conversaram a sós, por cerca de uma hora, na capela São Sebastião, que fica na fazenda Bela Vista, situada a cerca de cinco quilômetros do município de Cabrobó (PE). As informações são da assessoria de imprensa da Secretaria de Relações Institucionais.

O ministro viajou no início da manhã de hoje (6) a Pernambuco, acompanhado pelo núncio apostólico, dom Lorenzo Baldisseri, representante do Vaticano no Brasil. Segundo a assessoria, o núncio vai entregar ao bispo uma carta enviada pelo papa Bento 16. A assessoria não informou qual o teor da carta e disse que dom Lorenzo Baldisseri deve se reunir com dom Luiz Flávio Cappio após o encontro com Jaques Wagner.

Ontem (5), em Brasília, o ministro afirmou "que o que o governo está oferecendo ao bispo é o prolongamento do diálogo sobre o tema envolvendo o São Francisco, no sentido de superar dúvidas e questionamentos". Segundo Jaques Wagner, com essas condições, "é possível ver o fim da greve de fome". A previsão é que o ministro retorne a Brasília no final do dia.
06/10/2005

RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE



Fonte: Agência Brasil (www.radiobras.gov.br)